Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL • R$ 3,00
Sexta-feira, 6 de setembro de 2024
Ano CVII • Número 29.690
ISSN 1980-9123

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br

ÍTALA NANDI NOS PALCOS DE SALVADOR

A atriz, aos 82 anos, está na peça 'A Visita da Velha Senhora', no Teatro Martim Gonçalves. Por Paulo Alonso, **página 2**

ITAMARATY EM CRISE

Execuções na Coreia do Norte, guerra no Sudão, eventos culturais e novidades no Museu do Amanhã. Por Bayard Boiteux, **página 3**

RESGATE DE ANIMAIS

Alerj contra tabagismo em escolas, aluguel social e capacitação de jovens. Por Sidnei Domingues e Sérgio Braga, **página 4**

Pelo segundo mês, valor da cesta básica cai no país

Mesmo com queda, Rio tem a 3ª cesta mais cara

O valor do conjunto dos alimentos básicos diminuiu nas 17 capitais onde o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) realiza mensalmente a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos. Entre julho e agosto de 2024, as quedas mais importantes ocorreram em Fortaleza (-6,94%), João Pessoa (-4,10%), Goiânia (-4,04%), Porto Alegre (-3,78%), Florianópolis e Natal (-3,38%) e Salvador (-3,28%).

São Paulo foi a capital em que o conjunto dos alimentos básicos apresentou o maior custo (R$ 786,35), seguida por Florianópolis (R$ 756,31), Rio de Janeiro (R$ 745,64) e Porto Alegre (R$ 740,82). Nas cidades do Norte e do Nordeste, onde a composição da cesta é diferente, os menores valores médios foram registrados em Aracaju (R$ 516,40), Recife (R$ 533,12) e João Pessoa (R$ 548,90).

A comparação dos valores da cesta, entre agosto de 2023 e agosto de 2024, mostra que o custo dos alimentos básicos aumentou em nove cidades, com destaque para as variações de São Paulo (5,06%), Goiânia (4,11%), Belém (3,88%) e Vitória (3,53%). Entre as oito localidades com retração nos preços, destacam-se Recife (-8,20%) e Aracaju (-4,84%).

Na cidade do Rio, em agosto deste ano, o preço da cesta básica apresentou diminuição de 1,58% em relação a julho de 2024. Seu custo foi de R$ 745,64, a terceira cesta básica mais cara dentre as capitais pesquisadas. Em comparação com agosto de 2023, a cesta acumula elevação de 3,16% e nos primeiros oito meses do ano, a variação foi de 0,95%. Entre julho de 2024 e agosto de 2024, sete dos 13 produtos que compõem a cesta básica tiveram diminuição nos preços médios: a batata (-27,10%), o tomate (-16,33%), o leite integral (-1,38%), o açúcar refinado (-0,65%), a carne bovina de primeira (-0,32%), o pão francês (-0,27%) e o feijão preto (-0,26%). Os outros seis produtos apresentaram elevação de preço: a banana (18,22%), o café em pó (6,21%), a farinha de trigo (2,89%), a manteiga (1,56%), o óleo de soja (1,43%) e o arroz agulhinha (1,02%).

Com base na cesta mais cara, que, em agosto, foi a de São Paulo, e levando em consideração a determinação constitucional que estabelece que o salário mínimo deve ser suficiente para suprir as despesas de um trabalhador e da família dele com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, o Dieese estima mensalmente o valor do salário mínimo necessário. Em agosto de 2024, o salário mínimo necessário para a manutenção de uma família de quatro pessoas deveria ter sido de R$ 6.606,13 ou 4,68 vezes o mínimo de R$ 1.412. Em julho, o valor necessário era de R$ 6.802,88 e correspondeu a 4,82 vezes o piso mínimo. Em agosto de 2023, o mínimo necessário deveria ter ficado em R$ 6.389,72 ou 4,84 vezes o valor vigente na época, que era de R$ 1.320.

Desemprego assola jovens e ameaça desenvolvimento

A crescente lacuna entre a renda do trabalho e a do capital e os desafios enfrentados pelos jovens no mercado de trabalho são preocupantes e colocam em risco o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) até o prazo de 2030.

O alerta foi feito pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), em relatório divulgado nesta quarta-feira.

O estudo revela que a participação da renda do trabalho no mundo, que representa a parcela da renda total obtida pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras, caiu 0,6 pontos percentuais de 2019 a 2022 e desde então permaneceu estagnada. Se a participação tivesse permanecido no mesmo nível de 2004, a renda do trabalho teria aumentado em US$ 2,4 trilhões somente em 2024.

No recém-lançado relatório Perspectiva Mundial do Emprego e Social: Atualização de Setembro de 2024 (World Employment and Social Outlook: September 2024 Update), a OIT constata uma pressão crescente sobre a desigualdade, a medida que a participação da renda do trabalho está estagnada e uma grande parcela de jovens permanece sem trabalho, educação ou treinamento.

O estudo revela que a participação da renda do trabalho no mundo, que representa a parcela da renda total obtida pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras, caiu 0,6 pontos percentuais de 2019 a 2022 e desde então permaneceu estagnada – agravando uma tendência de declínio no longo prazo. Se a participação tivesse permanecido no mesmo nível de 2004, a renda do trabalho teria aumentado em US$ 2,4 trilhões somente em 2024.

O material destaca que a pandemia da Covid-19 foi um fator-chave para essa queda, já que quase 40% da redução na participação da renda do trabalho ocorreu durante os anos da pandemia de 2020-2022. A crise exacerbou as desigualdades existentes, sobretudo porque a renda do capital continua a se concentrar com os mais ricos, prejudicando o progresso em relação ao ODS 10, que visa reduzir a desigualdade dentro e entre os países.

Opep+ estende cortes em meio a queda de preços

Oito países-membros do grupo Opep+ decidiram, nesta quinta-feira, estender seus cortes voluntários de produção por dois meses, até o final de novembro, em meio à queda dos preços do petróleo. A Opep+ compreende a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e seus aliados. Os oito países que optaram por manter a redução na produção são Arábia Saudita, Rússia, Iraque, Emirados Árabes Unidos, Kuwait, Cazaquistão, Argélia e Omã.

Os preços do petróleo voltaram a cair nesta quinta-feira. O West Texas Intermediate (WTI) para entrega em outubro caiu US$ 0,05, para fechar em US$ 69,15 o barril na Bolsa Mercantil de Nova York. O petróleo Brent para entrega em novembro perdeu US$ 0,01 centavo, para fechar em US$ 72,69 o barril na Bolsa de Futuros ICE de Londres.

Após uma reunião virtual, as oito nações disseram em um comunicado que concordaram em estender seus cortes voluntários de produção de 2,2 milhões de barris por dia por dois meses até o final de novembro. Esses cortes, anunciados pela primeira vez em novembro de 2023, estavam programados para serem gradualmente eliminados a partir de outubro deste ano, conforme acordado pelos países em junho.

De acordo com a declaração, os países adiaram a eliminação gradual de seus cortes voluntários de fornecimento para dezembro deste ano, com "a flexibilidade para pausar ou reverter os ajustes conforme necessário".

Ativo	Empresa	Vlr. Total por ação	Cotação em 26/08	DY	Qde. Ações	Total Investido
LEVE3	MAHLE-METAL LEVE	8,64	31,66	27,31%	1.961	62.050
PETR4	PETROBRAS	7,38	39,43	18,81%	2.295	90.091
PETR3	PETROBRAS	7,38	43,03	17,36%	2.295	97.597
BRAP4	BRADESPAR	3,30	19,11	16,90%	5.129	100.265
CGAS5	COMGAS	18,58	117,99	15,74%	912	107.622
CGAS3	COMGAS	16,84	109,00	15,45%	1.006	109.686
BBAS3	BANCO DO BRASIL	3,86	28,34	13,66%	4.393	124.011
VALE3	VALE	6,99	58,19	12,01%	2.424	141.081
CPFE3	CPFL ENERGIA	3,37	33,67	9,94%	5.029	170.466
EGIE3	ENGIE BRASIL ENERGIA	4,12	45,21	9,11%	4.112	186.044

Dividendos pagos por empresas tradicionais superam ganhos com CDI

Empresas tradicionais da Bolsa de Valores (B3) pagaram um volume de proventos (dividendos e juros sobre capital próprio – JCP) que superou a Selic e o CDI, isso sem incluir os possíveis ganhos ou perdas com as cotações das ações.

"Em muitas empresas, o valor investido nas ações gerou um montante de renda passiva relevante e ultrapassou aquele 1% de ganho mensal, que está na cabeça dos investidores, principalmente de Renda Fixa, como resultado satisfatório", observa Wendell Finotti, CEO e fundador da Meu Dividendo.

A plataforma fez um levantamento com as empresas que mais pagaram proventos aos investidores nos últimos 12 meses e apurou quanto o investidor deveria ter investido (cotação de 26/8/24) nas empresas que pagaram os maiores proventos por ação nos últimos 12 meses para ter recebido o equivalente a um salário mínimo (R$ 1.412,00) por mês durante 12 meses (R$ 16.944,00).

No topo vem a Mahle-Metal Leve. Para obter um salário mínimo mensal, o investidor precisaria ter comprado 1.961 ações, investindo R$ 62.050. Se o mesmo valor fosse aplicado em um CDB que pagasse 10% ao ano, por exemplo, o retorno seria de R$ 6.205, uma perda de mais de R$ 10 mil. Isso sem levar em conta o Imposto de Renda sobre o CDB (alíquota de 17,5%), enquanto os dividendos são isentos, e o JCP sofre alíquota de 15%.

A Petrobras se destaca no pagamento de dividendos. Seus dois papéis (PETR4 e PETR3) vêm em segundo e terceiro lugares na tabela elaborada pela Meu Dividendo.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,5721
Dólar Turismo	R$ 5,8230
Euro	R$ 6,1910
Iuan	R$ 0,7852
Ouro (gr)	R$ 451,95

ÍNDICES

IGP-M	0,29% (agosto)
	0,61% (julho)
IPCA-E	
RJ (junho)	0,38%
SP (junho)	0,38%
Selic	13,25%
Hot Money	0,63%

Ítala Nandi, aos 82 anos, estreia nos palcos de Salvador

Por Paulo Alonso

Ítala Nandi, gaúcha de Caxias do Sul, é uma atriz, produtora e diretora teatral, além de escritora e professora. É considerada uma das grandes divas do teatro, com uma extensa carreira nos palcos iniciada em 1959. Sempre em atividade, estreia, hoje, nos palcos do Teatro Martim Gonçalves, em Salvador, a peça "A Visita da Velha Senhora", do suíço Friedrich Dürrenmatt, dirigida por Gil Vicente Tavares. Esteve, na semana passada, no Festival de Gramado, quando o filme que protagoniza "O Clube das Mulheres de Negócio", de Ana Mulayert, ao lado de Irene Ravache, recebeu o prêmio especial do Júri. Ao mesmo tempo, ministra aulas de artes cênicas, na Universidade Federal da Bahia.

Descendente de italianos, começou no teatro amador em sua cidade natal, participando de Um Gesto por Outro, de Jean Tardieu, em 1959, e A Cantora Careca, de Eugène Ionesco, no ano seguinte. Em 1960, integrou um elenco semiprofissional, na montagem de O Despacho, texto e direção de Mário de Almeida, em Porto Alegre. Fez uma breve participação em O Beijo no Asfalto, de Nelson Rodrigues, na montagem de Fernando Torres para o Teatro dos Sete. Em 1962 mudou-se para São Paulo, onde integrou, na condição de administradora, o Teatro Oficina. Sua estreia na companhia ocorreu, inesperadamente, substituindo Rosamaria Murtinho, em Quatro Num Quarto, de Valentin Kataev, grande sucesso de 1962. Assídua frequentadora das aulas de interpretação que Eugênio Kusnet promoveu no teatro, Ítala passou a integrar o elenco de estreia de Pequenos Burgueses, em 1963, sob direção de José Celso Martinez Corrêa, para o texto de Máximo Gorki. Nas sucessivas remontagens, interpretou quatro diferentes papéis na peça. Pioneira do Teatro Oficina, também atuou em dezenas peças como Os Inimigos e O Rei da Vela, Galileu Galilei e Na Selva das Cidades.

No cinema, constituiu uma sólida carreira, atuando em numerosos filmes, pelos quais recebeu vários prêmios nacionais internacionais, como a Palma de Ouro, do Festival de Cannes, em 1972, pelo filme Pindorama, o Prêmio Molière, em 1975, por sua atuação em Guerra Conjugal e a Coruja de Ouro, em 1976, pelo filme Os Deuses e os Mortos, todos na categoria Melhor Atriz. Foi indicada ao Urso de Prata de Melhor Atriz no Festival de Berlim, em 1974, pelo filme Sagarana, o Duelo. É uma das fundadoras do Festival de Gramado. Em 1982 estreou na direção cinematográfica, com In Vino Veritas, documentário sobre a colonização italiana no sul do Brasil.

Chegou à TV, em 1964. Participou de numerosas e importantes novelas e em diversas emissoras, com especial destaque para sua tríplice atuação na novela Direito de Amar, exibida pela Rede Globo, em 1987, onde viveu as personagens Joana, Bárbara e Nanette. Sua personagem Joana, a louca do sobrado, como ficou conhecida, era constantemente maltratada pelo vilão da trama, o Senhor de Monserrat, interpretado pelo grande Carlos Vereza, e sua atuação conquistou a crítica e o público. Posteriormente, fez a Madaleine em Pantanal, pela Rede Manchete, em 1990. Foi, então, contratada pela Rede Record, onde atuou nas novelas Os Mutantes, Caminhos do Coração, Promessas de Amor, na minissérie Sansão e Dalila, em alguns episódios da série Milagres de Jesus e no telefilme Manual Prático da Melhor Idade.

Em 1989, publicou o livro Teatro Oficina, onde a arte não dormia, pela Editora Nova Fronteira e, em 2010, lançou o romance futurista Os Sonhos de Vesta, indicado ao Prêmio de Literatura do Estado de São Paulo no mesmo ano. Em pesquisa de opinião desenvolvida, em 1999, junto a 100 líderes comunitários de diferentes áreas por acadêmicos do Curso de Jornalismo da Universidade de Caxias do Sul, foi eleita uma das 30 Personalidades de Caxias do Sul — Destaques do Século 20.

Como professora, por vários anos coordenou os Departamentos de Teatro, Cinema e TV da Universidade da Cidade e da Universidade Estácio de Sá, ambas no Rio de Janeiro. Atuou como coordenadora da Escola Superior Sul-Americana de Cinema e Televisão do Estado do Paraná. Também é idealizadora e fundadora do Festival de Cinema do Paraná.

Participou do Teatro Oficina, em São Paulo, na década de 1960, onde protagonizou o primeiro nu frontal dos palcos brasileiros.

Ítala esteve nas telas das emissoras de televisão em 20 novelas; na telona dos cinemas, em 25 produções; e nos palcos viveu 33 personagens. Desde o ano passado, está aqui, na UFBA, transmitindo o seu vasto conhecimento aos alunos, e hoje estreou esse belo texto de Dürrenmatt.

O enredo da peça é aparentemente simples. Os cidadãos de Güllen, uma cidade arruinada, esperam ansiosos a chegada da milionária que prometeu salvá-los da falência. No jantar de boas-vindas, Claire Zachanassian, papel de Ítala, impõe a condição: doará um bilhão à cidade se alguém matar Alfred Krank, o homem por quem foi apaixonada na juventude e que a abandonou grávida por um casamento de interesse. Ouve-se um clamor de indignação e todos rejeitam a absurda proposta. Claire, então, decide esperar, hospedando-se com seu séquito no hotel da cidade.

A partir dessa premissa, Dürrenmatt nos premia com uma obra-prima da dramaturgia, construindo uma rede de cenas que se entrelaçam, cheias de humor e ironia, um desfile de personagens humanos e reconhecíveis que pouco a pouco, vão escancarando a nossa fragilidade diante do grande regente de nossas vidas: o dinheiro. Quem mata Krank? Cairá Güllen na tentação de satisfazer o desejo de vingança da milionária? Ou fará justiça? O que é fazer justiça? Até que ponto a linha ética se molda ao poder dinheiro?

Dürrenmatt caracteriza "A Visita da Velha Senhora" como uma comédia trágica e com seu humor cáustico pergunta: Até onde nos vendemos para poder comprar? Como o poder e o dinheiro vão descaracterizando os nossos ideais? Por outro lado, quanto nos custa a não submissão? O texto se desenrola abrindo ainda outros ramos para reflexões. Dürrenmatt era completamente obcecado pela questão da justiça e as sutilezas de suas fronteiras. O que é justo? O que significa justiça nos tempos atuais? Até que ponto o valor moral da justiça se adequa ao poder? Reconhecível no Brasil nos dias de hoje? "A Visita da Velha Senhora" expõe questões que sempre estiveram em pauta na história da humanidade, mas que caem como uma luva em tão tristes tempos da atualidade.

Ítala, empolgada, dia acreditar no poder de transformação pela arte. "Na formação do indivíduo pela arte. O teatro como espelho do mundo, nos fazendo rir para nos reconhecer, dando voz a nossa angústia, dando palavras àquilo que pensamos e não sabemos dizer. O humor e a poesia nos ajudando a elaborar o pensamento para agir, para transformar, para viver criativamente".

Ítala não para e, pela sua belíssima trajetória, recebe hoje o título de Professora Emérita da Universidade Santa Úrsula, por sua relevante contribuição às artes cênicas do Brasil e, ainda, pela sua dedicação e empenho à educação e ao ensino, seja no Rio de Janeiro, no Paraná e, agora, aqui, na Bahia. Ítala Nandi é a única atriz nacional detentora do título de Notório Saber, que lhe foi outorgado pelo Conselho Universitário da UNIRIO.

Parabéns, Ítala Nandi, e sucesso continuado. Vê-la, interpretando nos palcos, no cinema ou na televisão, é sempre um grande presente, pois encarna seus personagens com entrega, raro talento e brilho, doação e ricas, sensíveis e magistrais interpretações.

Paulo Alonso, jornalista, é reitor da Universidade Santa Úrsula

Quando a arte imita a vida

Ranulfo Vidigal

Chega à sua terceira temporada a série "Industry", uma trama gravada na City londrina – vedete do capital fictício/portador de juros e seu expressivo mercado de derivativos financeiros. A série mostra a vida intensa e agitada dos jovens operadores do mercado financeiro londrino, os negócios de grandes fundos de investimento, grandes seguradoras, grandes bancos e grandes investidores individuais fazendo grandes apostas, além da forte especulação com moedas, ações e títulos de renda fixa.

É um mundo dominado pelas aparências, vaidades e ideologia centrada no papel do Estado: mínimo para o social e máximo para o capital. O realismo da série se impõe ao mostrar como tudo gira em torno do dinheiro e do crédito. Não custa lembrar: para um PIB mundial de 110 trilhões de dólares, existe um montante de derivativos financeiros seis vezes maior. Pequenas variações permitem grandes lucros ou perdas irreparáveis.

Com o desenvolvimento das redes de computadores, das tecnologias de automação bancária, das compensações de débito e crédito, dos cartões de crédito e débito, a maior parte da circulação das mercadorias é efetuada apenas por registros contábeis.

As decisões cruciais no capitalismo são tomadas pelos donos do poder, na sua forma suprema: o dinheiro. Isso é, sobretudo, uma aposta na geração e acumulação de riqueza futura. Se não houver confiança no futuro e na criação de riqueza, o detentor do dinheiro opta pela preferência por liquidez, interrompendo o circuito de contratação de trabalhadores e meios de produção. É simples assim como funciona essa convenção.

Refém desse ambiente, o Brasil continua preso a ensaios perigosos e ao humor de instituições financeiras internacionais e agências de risco. O resultado é que, quando a confiança dos mercados é máxima, o bem-estar da maioria é mínimo, como reflexo de uma verdadeira coerção econômica na forma de austeridade fiscal e financeira que asfixia as promessas de efetivação de direitos fundamentais, esvaziando o Estado social e impossibilitando a adequada tributação dos donos do dinheiro, riqueza e poder político.

No país da jabuticaba, pratica-se um híbrido paradoxal – o neoliberalismo desenvolvimentista –, que busca a coexistência entre o tripé macroeconômico implantado por FHC e o novo desenvolvimentismo, inspirado nas escolas de pensamento heterodoxo. Sem um ambiente externo favorável, o que se constata é uma certa aceleração do crescimento do PIB e melhora nos indicadores de emprego e salários, mas sem um concreto sentimento de maior bem-estar e distribuição equitativa da renda entre a população. Aliás, a "malta" exige novo aperto na política monetária, sob o pretexto de que estejamos vivendo tempos de pleno emprego. Um espanto!

A mudança na direção do Banco Central, em processo de consolidação, será um teste importante desse sistema híbrido vigente no governo de plantão. Os rentistas consideram que o tripé está perneta e exigem cortes adicionais no gasto público para evitar uma fuga para o dólar. Já os desenvolvimentistas querem juros mais baixos, investimento público e políticas públicas industriais. Para que lado o novo dirigente do BC vai pender?

Dada a inseparabilidade da austeridade fiscal e monetária, por meio do comprometimento orçamentário e da insistência em manter taxas de juros muito elevadas nas diversas modalidades de acesso ao crédito público e privado, o resultado é o trabalhador sendo impactado em duas frentes: primeiro, pela redução da oferta de empregos de maior qualidade e sujeição à precarização; de outro, por uma política salarial de baixa remuneração que comprime o poder de compra entre as inúmeras necessidades a serem satisfeitas no vácuo deixado pela ausência de um serviço público universal e de qualidade. O pobre continua fora do orçamento e sujeito aos cortes orçamentários que a banca exige.

Surge então desse quadro, oriundo de escolhas elitistas, uma sociabilidade muito esquisita, para dizer o mínimo. Muito bem expressa, por sinal, em duas séries brasileiras disponíveis nas plataformas de streaming. A primeira é a segunda fase do filme "Cidade de Deus", revelando como a ausência de oportunidades produtivas traz um conjunto de atividades ilícitas dominando áreas populares de uma das maiores cidades latino-americanas. A segunda série, filmada também na cidade do Rio de Janeiro, denomina-se "Os Outros" e mostra o drama da classe média carioca nestes tempos de individualismo exacerbado, tensão constante, insegurança e saída via empreendedorismo.

Quanto mais escassos são os recursos disponíveis para satisfazer as necessidades de subsistência, mais suscetível estará o cidadão comum a sujeitar-se a relações opressivas, perda de direitos e maior dependência da chamada "viração" para sobreviver. Enfim, encerro aqui e a conclusão deixo por sua conta, amigo leitor do Monitor Mercantil.

Ranulfo Vidigal é economista

Monitor Mercantil

Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas

NOVOS TEMPOS

Bayard Do Coutto Boiteux
professorbayardturismo@gmail.com

Itamaraty em crise

A situação das Embaixadas e Consulados do Brasil no exterior passa por uma de suas maiores crises. Sem recursos suficientes, correm inclusive o risco de serem despejados. Há mais de 1.400 servidores que não receberam o reembolso de auxílio-moradia.

Vergonha Internacional I

Lastimável a execução de 30 funcionários na Coreia do Norte, por não terem evitado 4 mil mortes em inundações e deslizamentos na província de Chagang.

Vergonha Internacional II

A guerra que enfrentam os sudaneses, com mais de 28 mil mortos desde o ano passado, passa despercebida a cada dia. Quase 2,4 milhões de pessoas tiveram que deixar o país. Dos 2,7 milhões de dólares necessários para recuperar os 80% dos hospitais que não funcionam e combater a fome que assola o país, apenas 32% foram conseguidos.

Arte em receber

Numa época em que as comemorações de aniversário são pagas, assim como as listas de presente, dois exemplos devem ser destacados: o aniversário de 80 anos de Aloysio Teixeira e os 50 anos de Sylvia Faillace. É possível receber com glamour e fidalguia sem cobrar nada. Cabe aqui também uma menção especial para Orlanda Freire e Dorys Daher, entre as melhores anfitriãs do Rio, com eventos plurais.

Dia Mundial do Turismo

O Dia Mundial do Turismo, o Dia Nacional do Bacharel em Turismo e São Cosme e Damião serão comemorados no Rio pela Associação dos Embaixadores de Turismo do RJ, no próximo dia 27 de setembro. Um vídeo sobre a Paz no Mundo (tema do dia pela OMT), um evento em Santa Teresa e uma caminhada pela cidade fazem parte das atividades, em parceria com a L'Oréal Brasil e Pousada Modernistas.

Novo vice-presidente

Falando em Embaixadores do Rio, o jornalista Liberado Junior assumiu a vice-presidência de comunicação dos Embaixadores de Turismo do RJ.

Viva as noivas

O shopping Nova América sedia, de 06 a 08 de setembro, a Expo Noivas & Festas. Entre as empresas presentes, estará a grife Lu Rodrigues com suas coleções voltadas para debutantes e noivas.

Robô é novidade no Museu do Amanhã

Para comemorar o Dia Nacional da Pessoa com Deficiência, o Museu do Amanhã ganhou uma colaboradora na recepção: a simpática Ma.IA, uma robô programada para mostrar o caminho do restaurante, elevador e banheiro para os visitantes.

Frase da semana

Eu não vou mudar para ser apreciado. Não uso máscaras, sou como sou. E quem não gosta… paciência!

Edgard Mandarino, cantor e arquiteto.

Superávit comercial recua em agosto

US$ 4,828 bi: queda de 49,9% com commodities desvalorizados

Em julho, o país exportou US$ 4,828 bilhões a mais do que importou, queda de 49,9% em relação ao mesmo mês de 2023 e o pior resultado para agosto desde 2017, com superávit de US$ 4,547 bilhões. O resultado deve-se a desvalorização de diversas commodities (bens primários com cotação internacional) e ao aumento das importações decorrentes da recuperação da economia fizeram o superávit da balança comercial (exportações menos importações) despencar em agosto.

Com o resultado de agosto, o superávit comercial nos oito primeiros meses do ano atinge US$ 54,079 bilhões. O montante é 13,4% inferior ao do mesmo período de 2023, mas é o segundo melhor para o período na série histórica, que mede as estatísticas do comércio externo desde 1989.

Em relação ao resultado mensal, as exportações caíram, enquanto as importações dispararam, impulsionada por gás natural e bens de capital (bens usados na produção). Em agosto, o Brasil vendeu US$ 31,101 bilhões para o exterior, recuo de 6,5% em relação ao mesmo mês de 2023. As compras do exterior somaram US$ 21,468 bilhões, alta de 13%.

Segundo a Agência Brasil, do lado das exportações, a queda no preço internacional da soja, do milho, do ferro, do aço e do açúcar foram os principais fatores que provocaram a queda no valor vendido. As vendas de alguns produtos, como café e celulose, subiram no mês passado, compensando a diminuição de preço dos demais produtos.

Do lado das importações, as aquisições de medicamentos, motores, máquinas, adubos e fertilizantes químicos subiram. A maior alta, no entanto, foi relacionada ao gás natural, cujo valor comprado aumentou 339,4% em agosto na comparação com agosto do ano passado. O Brasil importou 144,9% a mais em volume do combustível, com preço 79,4% mais alto na mesma comparação.

No mês passado, o volume de mercadorias exportadas caiu 6,5%, puxado pelo fim da safra de diversos produtos e pela redução da demanda de minério de ferro pela China, enquanto os preços caíram 1,7% em média na comparação com o mesmo mês do ano passado. Nas importações, a quantidade comprada subiu 15,7%, mas os preços médios recuaram 3,2%, indicando o aumento das compras externas decorrentes da recuperação da economia.

Recorde com 426 blocos de petróleo e gás em fase de exploração

O Brasil bateu novo recorde no número de blocos contratados de petróleo e gás natural que estão em fase de exploração, atingindo um total de 426, o maior número já registrado no país, informou a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) nesta quinta-feira. No final de agosto, o Brasil tinha 282 blocos terrestres e 144 blocos marítimos, informou a agência em comunicado.

A fase de exploração na indústria do petróleo refere-se ao período em que as empresas realizam estudos e atividades para determinar se existe petróleo ou gás em condições viáveis para comercialização nas áreas contratadas com a agência reguladora. Após esses estudos, as empresas decidem se devolvem o bloco à ANP ou avançam para a fase de produção, em que os investimentos são voltados para a extração de combustíveis para posterior comercialização.

De acordo com a Agência Xinhua, o recorde de blocos exploratórios foi alcançado em grande parte graças à assinatura de contratos associados ao 4º Ciclo da Oferta Permanente de Concessão, em que as empresas licitaram áreas para exploração.

Até ao final de Agosto de 2024, tinham sido assinados 177 contratos, o que representa um aumento de 70% no número de blocos em comparação com maio de 2024. A ANP estima que, com estes novos contratos, a projeção de investimento na fase de exploração aumente para R$ 18,3 bilhões (cerca de US$ 3,265 milhões) até 2027. "O cenário reforça a importância da continuidade da oferta de áreas em regime de concessão e o impacto significativo das atividades reguladas pela ANP na economia do país", afirmou a agência.

Déficit primário cai para R$ 9,283 bilhões em julho

As contas do Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) fecharam julho com déficit primário de R$ 9,283 bilhões. O valor, que representa queda real de 75,3%(descontada a inflação) em relação ao mesmo mês do ano passado, está sem o impacto da antecipação do décimo terceiro a aposentados e pensionistas,

Apesar da queda, o resultado veio pior do que o esperado pelas instituições financeiras. Segundo a pesquisa Prisma Fiscal, divulgada todos os meses pelo Ministério da Fazenda, os analistas de mercado esperavam resultado negativo de R$ 7,3 bilhões em julho. Nos sete primeiros meses do ano, o Governo Central registra déficit primário de R$ 77,858 bilhões. Em valores corrigidos pela inflação, o montante é 5,2% inferior ao do mesmo período do ano passado, quando havia déficit primário de R$ 79,154 bilhões.

O resultado primário representa a diferença entre as receitas e os gastos, desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano e o novo arcabouço fiscal estabelecem meta de déficit primário zero, com margem de tolerância de 0,25 ponto percentual do Produto Interno Bruto (PIB) para cima ou para baixo, para o Governo Central.

No fim de julho, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas projetou déficit primário de R$ 28,8 bilhões para o Governo Central, o equivalente a um resultado negativo de 0,1% do PIB O valor equivale exatamente a margem de tolerância de déficit de 0,25 ponto percentual do PIB.

Mesmo com a arrecadação recorde neste ano, o governo congelou R$ 15 bilhões do Orçamento, sendo R$ 11,2 bilhões bloqueados para não descumprir o limite de gastos do novo arcabouço fiscal e R$ 3,8 bilhões contingenciados (cortados temporariamente), para não estourar a margem de tolerância das regras fiscais.

Segundo a Agência Brasil, na comparação com julho do ano passado, as receitas subiram, mas as despesas despencaram por causa da diferença de calendário do décimo terceiro do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). No último mês, as receitas líquidas subiram 14,5% em valores nominais. Descontada a inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a alta chega a 9,5%. No mesmo período, as despesas totais caíram 1,8% em valores nominais e 6% após descontar a inflação.

O déficit primário ocorreu apesar da arrecadação federal recorde em julho. Se considerar apenas as receitas administradas (relativas ao pagamento de tributos), houve alta de 15,5% em julho na comparação com o mesmo mês do ano passado, já descontada a inflação.

Os principais destaques foram o aumento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), provocada pelo aumento do lucro de grandes empresas; da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), decorrente da recomposição de tributos sobre os combustíveis e da recuperação da economia; e o aumento na arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte, por causa da tributação sobre os fundos exclusivos, que entrou em vigor no fim do ano passado.

As receitas não administradas pela Receita Federal caíram 5,8% descontada a inflação em relação a julho do ano passado. As maiores quedas foram provocadas em concessões e permissões e dividendos de estatais, cujos pagamentos não ocorreram em julho. A alta de R$ 318,3 milhões nos royalties, decorrente da valorização do petróleo no mercado internacional, impediram uma queda maior.

DECISÕES ECONÔMICAS

Sidnei Domingues Sérgio Braga

sergiocpb@gmail.com

Deputado Danniel Librelon

Alerj cria plano para resgate de animais em caso de catástrofe

O projeto de lei que cria critérios para o resgate de animais domésticos diante de catástrofes naturais foi aprovado em primeira discussão na Alerj esta semana. De autoria do deputado Danniel Librelon (REP), o projeto visa evitar que ocorra no Estado do Rio de Janeiro o que se verificou na tragédia do Rio Grande do Sul, onde não havia planejamento para o resgate, acolhimento e cuidados com os animais.

Ações nas escolas contra o tabagismo

A deputada Índia Armelau (PL) quer que o Governo do Estado intensifique ações nas escolas de conscientização sobre os males causados pelo tabagismo. Para isso, ela está propondo na Alerj uma alteração na Lei Antitabagismo, de 2018, incluindo um parágrafo prevendo tais ações.

Proteção em viadutos deputado Carlos Macedo

Para evitar o crescente número de acidentes, alguns com vítimas fatais, o deputado Carlos Macedo (REP) apresentou na Alerj um projeto de lei que torna obrigatória a instalação de telas ou redes de proteção nas laterais e curvas de viadutos e pontes. Ele argumenta que tais dispositivos vão garantir mais segurança para motoristas e pedestres.

Aluguel social

O projeto de lei do deputado Rosenverg Reis (MDB), em tramitação na Alerj, autoriza o Governo do Estado a pagar aluguel social para mulheres vítimas de violência doméstica. A proposta ainda não tem data para ser votada em plenário.

Capacitação de jovens

Jovens em situação de acolhimento em abrigos administrados pelo Estado poderão ter mais oportunidades de capacitação profissional e inserção no mercado de trabalho. É o que determina a lei sancionada pelo governador Cláudio Castro, de autoria dos deputados Vitor Junior (PDT) e Vinicius Cozzolino (União), que institui uma política estadual de qualificação técnica para esses jovens.

Alckmin celebra vendas e maior produção mensal de veículos desde 2019

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, celebrou o aumento na produção mensal e nas vendas diárias de veículos em agosto. De acordo com balanço divulgado nesta quinta-feira pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), foram produzidos 259.613 veículos no mês passado, um crescimento de 5,2% em relação a julho e de 14,4% na comparação com agosto de 2023. O levantamento inclui carros de passageiros, comerciais leves, caminhões e ônibus.

Este é o melhor resultado da produção mensal desde outubro de 2019, de acordo com a Anfavea. Outro indicador que voltou ao patamar pré-pandemia foi de vendas. No acumulado do ano, foram emplacados 1,6 milhão de autoveículos. Só em agosto, a média diária de vendas foi de 10,8 mil, toralizando 237,4 mil unidades emplacadas no mês, 14,3% a mais que em agosto de 2022.

"Cumprimentar o setor, a Anfavea, pelos bons números. As vendas cresceram 14%, praticamente. E esse é um momento bom. Aumentou a confiança do consumidor. Aumentou a confiança do empresário", avaliou Alckmin, durante coletiva à imprensa da Anfavea.

O ministro destacou os resultados positivos na economia, que impulsionam a indústria brasileira. "No segundo trimestre era esperado crescimento de 0,9% do PIB. Crescemos 1,4%. A indústria cresceu 1,8% e os investimentos cresceram 2,1%", destacou.

Na avaliação do presidente Anfavea, Márcio de Lima Leite, os números são reflexos do cenário nacional aliado a novos produtos lançados pelo setor. "As fábricas estão acelerando em função não só da reação consistente do mercado interno, mas também pela quantidade de lançamentos importantes", explicou.

Descarbonização

O presidente da Anfavea entregou ao ministro um novo estudo intitulado "Avançando nos Caminhos da Descarbonização Automotiva no Brasil", que aponta que cerca de 50% dos veículos vendidos na virada da década serão híbridos ou elétricos. O documento é uma contribuição da entidade e do setor para a COP, que será realizada este ano no Azerbaijão e no ano que vem em Belém, no Pará.

O estudo Anfavea/BCG demonstra que, ao se intensificar o uso das novas tecnologias de propulsão desenvolvidas pelos fabricantes de veículos nacionais, combinadas com a maior utilização de biocombustíveis, pode-se obter uma redução de até 280 milhões de toneladas de CO2 nos próximos 15 anos.

O ministro ressaltou que o Brasil pode ser protagonista global no debate sobre descarbonização e citou algumas ações do governo nesse sentido, como o Projeto de Lei do Combustível do Futuro, que traz avanços importantes na área de biocombustível e ajudará o Brasil a protagonizar a descarbonização do setor. O texto do PL foi aprovado pelo Senado na quarta-feira e voltará para apreciação da Câmara dos Deputados.

Além disso, a descarbonização do setor automotivo ganhou força com o programa Mover. O vice-presidente Geraldo Alckmin lembrou que o programa é uma luta do setor e promove eficiência energética, inovação, qualidade dos produtos e pesquisa e desenvolvimento do setor.

"Este ano, são R$ 3,5 bilhões de crédito financeiro. No ano que vem, R$ 3,8 bilhões, e chegaremos a R$ 19,5 bilhões, até 2026. Esta foi uma das razões de termos o investimento anunciado de R$ 130 bilhões. E só neste ano, 57 mil novos empregos na indústria automotiva", concluiu Alckmin.

Almoçar fora de casa ficou 49% mais caro nos últimos cinco anos

Nos últimos cinco anos, almoçar fora de casa ficou significativamente mais caro no Brasil. É o que aponta pesquisa anual realizada pela Up Brasil, em parceria com a Associação Brasileira das Empresas de Benefícios ao Trabalhador (ABBT). O preço médio de uma refeição completa, incluindo prato principal, bebida, sobremesa e cafezinho, aumentou 49%, passando de R$ 34,62 em 2019 para R$ 51,61 em 2024.

No entanto, o salário mínimo, que era de R$ 998, subiu apenas 41%, alcançando R$ 1.412. Essa disparidade revela uma perda de poder aquisitivo dos trabalhadores, especialmente daqueles que recebem os menores salários. Atualmente, quem recebe um salário mínimo precisa comprometer cerca de 73% da sua renda mensal apenas com refeições, enquanto para quem ganha cinco deles, o comprometimento é de 15%.

O Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), criado em 1976, é uma ferramenta fundamental nesse contexto. Ele visa melhorar a nutrição dos trabalhadores brasileiros, permitindo que eles tenham acesso a uma alimentação saudável e balanceada.

"Dados como esses mostram que o PAT é fundamental para compor a renda do trabalhador e seu poder aquisitivo para se alimentar fora do lar. O preço elevado não deixa dúvidas sobre a importância do vale-refeição para que ele consiga ter uma alimentação mais saudável. Por isso, é importante que as empresas entendam essa realidade e se movimentem para melhorar esse benefício visando o aumento da qualidade de vida da classe trabalhadora", conta Thomas Pillet, CEO da Up Brasil.

A pesquisa revela ainda que o vale-refeição representa mais de 20% dos pagamentos no horário de almoço em estabelecimentos comerciais. Além disso, 60% dos trabalhadores só se alimentam em locais que aceitam o benefício. Aqueles que recebem o vale-refeição consomem 43% mais feijão, arroz e salada, e 33% mais carne do que os que não têm acesso ao benefício. Esses dados destacam não apenas a importância financeira do vale-refeição, mas também seu impacto na saúde e na qualidade da alimentação dos trabalhadores.

"O aumento contínuo dos preços das refeições fora de casa torna o vale-refeição um benefício indispensável. As empresas que desejam atrair e reter talentos precisam ajustar os valores desse benefício para acompanhar a inflação, garantindo que seus funcionários possam se alimentar de forma adequada", finaliza Pillet.

Já levantamento da Pluxee com 4.308 usuários do benefício de vale-refeição da empresa em todo o Brasil, 12% deles no Estado do Rio de Janeiro, identificou os hábitos alimentares do trabalhador brasileiro durante o horário do almoço.

Com o público fluminense, a pesquisa demonstra que a maioria (32%) prefere almoçar em restaurantes de bufê com preço fixo.

"O levantamento demonstra a preferência dos brasileiros por estabelecimentos onde seja possível controlar o orçamento e, mesmo assim, ter uma alimentação completa. No Rio de Janeiro, essa tendência se confirma com a escolha por restaurantes com bufê de preço fixo, que se destacam por oferecer uma variedade de opções a um custo acessível e previsível. O trabalhador opta por locais onde sabe exatamente quanto vai gastar", afirma Alberto Ippolito, gerente de Marketing e Produtos da Pluxee.

A segunda modalidade preferida dos fluminenses é o restaurante por quilo, com 30%. No momento de montar o prato no restaurante por quilo, 55% dos fluminenses responderam não pensar no peso dos alimentos e montar a refeição conforme sua vontade. Outros 31% às vezes evitam alimentos que pesam mais para o almoço não sair tão caro e 13% sempre abrem mão de alimentos que pesam mais.

Os restaurantes que oferecem refeições por quilo tornam-se cada vez mais atraentes para quem quer economizar, considerando que, em média, o custo de uma refeição completa no Brasil em 2024 é de R$ 51,61. Isso representa um aumento de 10,8% em relação ao preço médio de R$ 46,60 do ano anterior, conforme revelado em levantamento anual realizado pela ABBT.

O ranking ainda mostra que 16% preferem comida a la carte simples; 11% prato executivo e 5% a la carte.

Ainda segundo o estudo, 28% dos entrevistados fluminenses preferem tomar refrigerante durante o almoço, 23% optam por suco, 10% água sem gás, 6% escolhem água com gás e 6% água comum gratuita. Outros 23% ainda responderam não ter o hábito de consumir bebidas ao almoçar.

O café após a refeição é consumido por 10%, mesmo se houver custo. Já 12% optam pela bebida gratuita, 17% preferem tomar o café no trabalho como forma de economizar e 60% não costumam tomar café após o almoço.

Além disso, 60% dos fluminenses entrevistados não comem sobremesa após a refeição, enquanto 7% geralmente pedem algo do cardápio ou pegam no próprio bufê. Já 4% compram um doce industrializado fora do restaurante, em supermercados e docerias; 6% preferem comprar fruta; 9% consomem fruta ou salada de fruta trazida de casa; e 6% geralmente compram chocolate ou paçoca no próprio restaurante.

O consumo de doces industrializados no caixa do restaurante, no momento em que paga a conta, também foi apontado pelo estudo da Pluxee. Entre os fluminenses, 60% compram esses itens pela praticidade e agilidade, pois conseguem comer enquanto voltam para o emprego. Já 40% consomem pela vontade de comer doce após a refeição, mas gastando menos.

‘É cedo para que o BC volte a subir os juros’

Por Jorge Priori

Ouribank

Cristiane Quartaroli

Conversamos sobre a macroeconomia brasileira com Cristiane Quartaroli, economista-chefe do Ouribank.

Como você avalia o atual crescimento do PIB?

O resultado do PIB foi positivo e surpreendeu o mercado (no 2T24, o PIB cresceu 1,4% frente ao 1T24 e 3,3% frente ao 2T23), já que o crescimento foi acima da mediana projetada. Como destaques, pelo lado da oferta nós tivemos o desempenho da Indústria e de Serviços, e pelo lado da demanda, o crescimento do Consumo das Famílias e dos Investimentos. De ruim, nós tivemos o crescimento negativo da Agropecuária, que foi o setor responsável pelo impulsionamento do PIB no ano passado.

Esse resultado tem a ver com a queda de juros dos últimos meses. Embora o Banco Central (BC) tenha parado de baixá-los, nós sempre temos um lagging, já que a queda de juros não tem impacto imediato na economia, tanto que o que vimos no 2T24, nós não vimos no 1T24. Isso também teve impacto no consumo das famílias.

O “porém” do resultado do PIB no 2T24, cuja tecla já está sendo batida pelo BC, e que alguns economistas já estão começando a avaliar, é que esse crescimento, principalmente do consumo das famílias, pode se refletir em inflação lá na frente. É por isso que o BC parou de baixar a Selic e passou a sinalizar no seu discurso uma possibilidade de voltar a subir os juros, já que temos visto um forte mercado de trabalho e o seu resultado no PIB. Esse é o grande “porém”, mas, em linhas gerais, o resultado do PIB do 2T24 foi positivo.

No final de 2023, a expectativa de inflação para 2024 era de 3,9%. Hoje, essa expectativa está em 4,26%. A expectativa aumentou, mas não aumentou tanto assim. Esse movimento justifica a expectativa de aumento da Selic para as próximas reuniões do Copom?

Eu acho que ainda é cedo para que o BC tome a decisão de voltar a subir os juros por conta dos dados mais recentes de inflação. Por outro lado, eu entendo a preocupação do BC, já que ele está olhando muito mais para a expectativa de inflação futura do que para os dados mais recentes.

O objetivo do BC é trazer a inflação para a meta, mas tanto os indicadores mais recentes de inflação, quanto as projeções para o final de 2024 e 2025, estão subindo (segundo o Focus, no final de 2023 a expectativa de inflação para 2025 era de 3,5%, sendo que agora é de 3,92%). Ele não quer deixar com que as projeções de inflação de 2025 e dos próximos anos se distanciem da meta. Na minha visão, o BC poderia esperar um período um pouco maior para ver se será mesmo necessário subir os juros.

Contudo, além das projeções, o BC está olhando outras questões, como o cenário externo, que ainda é incerto, e a taxa de câmbio, que ainda está um pouco pressionada, o que também acaba se refletindo em mais inflação no futuro. Essas questões acabaram fazendo com que o BC e alguns analistas revisassem as projeções de juros para este e para o próximo ano.

Dado o trato do governo e o comportamento das contas públicas em 2024, o PLOA 2025, que prevê déficit zero, é factível?

Não. Ele é factível só nas contas do governo. Quando olhamos a evolução dos gastos e das receitas que temos hoje, e a expectativa de um PIB menor para 2025, o que vai gerar uma arrecadação menor, a conta não fecha.

Embora o governo projete que vai zerar o déficit em 2025, o mercado e os economistas não acreditam nisso. Se olharmos as projeções do Focus para o déficit primário de 2024 até 2027, o governo não deve zerá-lo (2024, -0,6%; 2025, -0,76%; 2026, -0,65%, e 2027, -0,5%).

Por que os números indicam uma direção, mas a percepção econômica indica outra? Por exemplo, a inflação não está alta, mas quando se faz uma compra em um mercado, a percepção é diferente.

A inflação é medida com base em uma cesta de produtos. Isso faz com que tenhamos que tomar cuidado ao olharmos o número cheio da inflação, como o IPCA, pois ele pode não estar sendo refletido na vida das pessoas.

Como você bem mencionou, quando vamos ao mercado a nossa percepção é de que os preços continuam subindo, porém, quando olhamos a inflação como um todo, ela é composta por muitos outros itens, como os administrados e serviços, sendo que cada item tem o seu respectivo peso. Pegando o exemplo do azeite, seu preço pesa pouco no IPCA, mas outros itens, como combustíveis e passagens aéreas, têm um peso maior, o que faz com que eles tenham a tendência a ter um grande impacto no comportamento da inflação.

Neste ano, nós tivemos uma desaceleração significativa em alguns preços administrados, o que contribuiu para trazer a inflação para um patamar mais baixo, mas quando vamos ao mercado não percebemos isso, pois os preços dos alimentos, de fato, continuaram subindo. É por isso que a percepção é uma e o IPCA divulgado pelo IBGE é outro.

Qual a sua avaliação sobre a atual dinâmica da economia brasileira?

De forma geral, eu tenho uma percepção um pouco mais otimista. Nós estamos caminhando para um cenário de um crescimento melhor para este ano. A cada mês, nós vemos resultados mais positivos de Indústria, Serviços e Comércio, o que se reflete no PIB. A inflação, embora tenha piorado nos dados mais recentes, já cedeu bastante. Além disso, nós temos um nível de juros mais baixo do que tínhamos no ano passado.

O nosso grande calcanhar de Aquiles, que pode afetar de forma negativa um cenário mais adiante, é a questão fiscal, e aqui nós dependemos muito da parte política para que possamos entender como será a evolução dos gastos daqui para frente.

Considerando a conversa que tivemos, você gostaria de acrescentar algum ponto à sua entrevista?

Nós temos que ficar de olho nas eleições dos próximos meses. No Brasil, nós teremos as eleições municipais, que tendem a trazer repercussão, inclusive para a eleição do próximo presidente, e a gerar volatilidade no mercado e um grau de incerteza maior. Nos Estados Unidos, nós teremos a eleição presidencial e a questão dos juros. O Fed baixando os juros, isso tende a contribuir de forma positiva para as economias, mesmo que em um cenário eleitoral americano que traz volatilidade. Tem bastante coisa para acontecer até o final deste ano.

A!BODYTECH PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ Nº 07.737.623/0001-90 - NIRE 33.3.0027725-1
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os acionistas da A!Bodytech Participações S.A. (“Companhia”) a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) no dia 13/09/2024, às 17:00, de modo exclusivamente digital, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** aprovar a alteração do endereço da sede administrativa da Companhia, bem como reformar o artigo 3º do Estatuto Social para constar o novo endereço; **(ii)** sujeito à aprovação do item (i), aprovar a consolidação do Estatuto Social; e **(iii)** autorizar a diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à implementação das matérias objeto da Ordem do Dia. A AGE ocorrerá de forma remota, por meio da plataforma “*Zoom*”. Os acionistas que desejarem participar da AGE deverão solicitar o link de acesso à plataforma através do e-mail juridico.empresarial@bodytech.com.br. Rio de Janeiro, 04/09/2024. Alexandre Accioly - Presidente do Conselho de Administração

CONCESSÃO DE LICENÇA

METAK METAIS KENNEDY LTDA, CNPJ 27.511.450/0001-03, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Proteção Animal– SMMAPA-DC, através do processo Nº 019/000248/2023, a Licença de Operação LO N° 098/2024 com validade de 60 meses, a contar a partir da data de emissão em 20/08/2024, para atividade de armazenamento temporário, segregação e comercio de sucatas recicláveis, como geral papel, papelão, plástico e sucata ferrosa, matérias elétricos e eletrônicos, comercio de bombonas plásticas e tambores, com garageamento de frota, manutenção, lubrificação, lavagem, abastecimento de frota própria e pintura em área total, no endereço Avenida Presidente Kennedy, nº 2226, complemento nº 2770 Fundos, Bairro Gramacho, Duque de Caxias- Rio de Janeiro/RJ.

TRANSCOOTOUR - COOPERATIVA MISTA DE TRABALHO E CONSUMO DOS MOTORISTAS AUTÔNOMOS DO MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO.
CNPJ nº 36.095.792/0001-72 / NIRE nº 33.4.0000395-1

O Diretor Presidente no uso de suas atribuições estatutárias e legais, convoca os seus 48 cooperados para reunirem - se em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em **24 de setembro de 2024** em sua sede social, sito Rua Bruxelas, nº 175 - 3º andar, Bonsucesso, nesta Cidade, com 1ª convocação às 08:00h com presença de 2/3 de cooperados; com 2ª convocação às 09:00h com presença de metade mais um de cooperados e em 3ª e última convocação com a presença do mínimo de 10 (dez) cooperados em dia com suas obrigações para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: - ELEIÇÃO PARA DIRETOR FINANCEIRO. A urna ficará à disposição do quadro social até às 15:00h. Rio de Janeiro, 02 de setembro de 2024.

Marcelo Baptista Chiaradia de Oliveira
Diretor Presidente.

OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.
CNPJ/ME nº 36.113.876/0001-91 / NIRE (JUCERJA) 33.3.0027387-5
CNPJ/ME nº 36.113.876/0004-34 / NIRE (JUCESP) 35.9.0542418-1

EXTRATO DE ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTAS REALIZADA EM 07 DE AGOSTO DE 2024

LOCAL E PRESENÇAS: na sede social da Companhia, localizada na Capital e Estado do Rio de Janeiro, à Av. das Américas, nº 3434, bloco 7, sala 201, CEP 22640-102, Barra da Tijuca. Acionistas representando 100% do capital social. **DELIBERAÇÕES:** aprovadas as informações financeiras intermediárias da Companhia em 30 de junho de 2024, acompanhadas das notas explicativas, as quais encontram-se arquivadas na sede social da Companhia, bem como a destinação dos resultados, como segue: face a apuração do lucro líquido do semestre no montante de R$ 37.947.701,38, destinar R$ 23.804.588,05 para pagamento de dividendos intermediários, os quais deverão ser pagos aos acionistas no prazo de até 60 dias a contar da presente data. **Arquivada na JUCERJA em 13/08/2024 sob o nº 00006393684, Sec. Geral Gabriel Oliveira de Souza Voi e na JUCESP em 27/08/2024 sob o nº 311.146/24-7, Sec. Geral Maria Cristina Frei e encontra-se disponível para consulta na sede social da Companhia.**

PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.
CNPJ/ME N° 18.593.815/0001-97 - NIRE nº 33.3.0031102-5
Companhia Aberta de Capital Autorizado
EDITAL DE RECONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Considerando que a Assembleia Geral Extraordinária, convocada no último dia 30 de agosto de 2024 e que seria realizada em 30 de setembro de 2024, teve sua data de realização retificada, serve a presente reconvocação para estabelecer a nova data de realização. Desta forma, ficam convocados os Srs. acionistas da PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A. (“Companhia”), a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em 25 de setembro de 2024, às 11:00 horas (“AGE”), na sede da Companhia, na Avenida das Américas, nº 3.434, Bloco 06, conjunto de salas 601 a 608, Barra da Tijuca, CEP: 22640-102, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para deliberarem acerca das matérias previstas na Proposta da Administração, divulgada pela Companhia em 3 de setembro de 2024, no portal da CVM e página eletrônica (site) da Companhia, conforme abaixo: *(i) Ratificar a contratação da Empresa Especializada, responsável pela elaboração do Laudo de Avaliação da Real Estruturas e Construções Ltda., conforme requisitos do artigo 256, parágrafo 1º, da Lei 6.404/76; (ii) Apreciar e Aprovar o Laudo de Avaliação da Real Estruturas e Construções Ltda. elaborado pela empresa especializada, conforme requisitos do artigo 256, parágrafo 1º, da Lei 6.404/76, para fins de aquisição relevante de participação societária; (iii) Ratificar a aquisição, pela Companhia, de 100% (cem por cento) do capital social da Real Estruturas e Construções Ltda e aprovar a conclusão da operação; e (iv) Aprovar a transferência de ações ordinárias de emissão da Companhia, atualmente em tesouraria, no montante total de 1.800.000 (um milhão e oitocentas mil) ações, para pagamento de parte do preço da Transação (“Alienação”).* Informações Gerais: Os acionistas encontrarão os documentos e informações obrigatórias, conforme previsto na Lei nº 6.404/1976 e na Instrução CVM nº 81/2022, e que são necessárias para melhor entendimento da matéria acima, além do Manual do Acionista para a AGE, disponíveis no escritório da Companhia, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3.434, Bloco 06, conjunto de salas 601 a 608, Barra da Tijuca, CEP: 22640-102, no seu site (www.priner.com.br) e nos sites da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A – BRASIL, BOLSA, BALCÃO (a “B3”) (www.b3.com.br). Os acionistas, seus representantes legais ou procuradores, poderão participar da AGE presencialmente, munidos de documento de identidade com foto, comprovação de poderes e extrato de titularidade das ações, consoante artigo 126 da Lei 6.404/76 e Manual de Acionistas para a AGE. Com relação à participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação para participação na AGE deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º, da Lei 6.404/76. As acionistas pessoas jurídicas podem ser representadas por meio de seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos, de acordo com os seus atos constitutivos, não precisando, nesse caso, o procurador ser acionista, administrador da Companhia ou advogado. A Companhia dispensa o reconhecimento de firma, o apostilamento de procurações, bem como a tradução juramentada no caso de procurações outorgadas no exterior. Para fins de melhor organização da AGE, a Companhia solicita, nos termos do art. 8º do estatuto social da Companhia, o depósito prévio dos documentos necessários para participação na AGE com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores. Ressalta-se que os acionistas poderão participar da AGE ainda que não realizem o depósito prévio acima referido, bastando apresentarem os documentos na abertura da AGE, conforme o disposto no art. 6º, § 2º, da IN da CVM 81/22. Cumpre consignar que a Transação não confere direito de recesso aos acionistas, nas condições previstas no artigo 256, parágrafo 2º. A Companhia informa que não adotará o sistema de voto a distância nesta Assembleia.

Pedro Henrique Chermont de Miranda
Presidente do Conselho de Administração.

SINMED
Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro

Edital de Convocação - Eleição de delegados sindicais

O SINDICATO DOS MÉDICOS DO RIO DE JANEIRO vem, através deste edital, CONVOCAR eleições para Delegados Sindicais, conforme disposto no artigo 36 do Estatuto, nos termos a seguir: a) será eleito um delegado sindical para cada 100 médicos da base territorial; b) é considerada base territorial todo o local de trabalho com cinco ou mais médicos, na Administração pública ou privada; c) especificamente para Atenção Primária à Saúde será considerada base territorial cada Área Programática; d) as eleições dos delegados serão anuais, permitindo-se a reeleição; e) da eleição só poderão se candidatar e ser votados os sindicalizados quites com suas obrigações sindicais; f) os delegados sindicais constituirão o Conselho de Delegados Sindicais; f) a Diretoria convocará, a partir do interesse da base, eleições suplementares para os cargos vagos e vacâncias. Calendário: Inscrição de candidatos – 09/09/2024 a 22/09/2024 (via e-mail presidencia@sinmedrj.org.br, conforme orientações) Homologação das Inscrições – 23/09/2024 (divulgação pelo site do SINMED-RJ) Recurso a Homologação das Inscrições – 24/09/2024 (via e-mail presidencia@sinmedrj.org.br) Resultado do Recurso da Homologação das Inscrições – 25/09/2024 (divulgação pelo site do SINMED-RJ) Assembleia Online Eleitoral – 30/09/2024 (Segunda-feira) às 18 horas em primeira convocação e às 19 horas em segunda convocação (inscrição na assembleia pelo e-mail presidencia@sinmedrj.org.br, contendo nome completo e CRM/RJ, até 18 horas do dia da Assembleia) Orientações para inscrição: O e-mail deve constar nome completo, número do CRM/RJ, CPF, endereço, e-mail e telefones. O candidato deve estar sindicalizado e quite no momento final das inscrições. A Comissão Eleitoral será composta pela Diretoria Executiva do SINMED-RJ. Rio de Janeiro – RJ, 05 de setembro de 2024

Dr. Alexandre Oliveira Telles
Presidente do SINMED-RJ

Seguradoras faturam R$ 99,2 bilhões no semestre, alta de 9,9%

Vida foi responsável por 60% do crescimento

Com variação positiva em todos os segmentos, as seguradoras brasileiras registraram, no primeiro semestre de 2024, faturamento de R$ 99,2 bilhões, alta de 9,9% em relação ao mesmo período do ano passado. De acordo com a 44ª edição do Boletim IRB+Mercado, divulgada pela plataforma IRB+Inteligência, Vida foi responsável por 60% do crescimento, somando R$ 5,2 bilhões a mais em prêmio emitido em relação aos primeiros seis meses de 2023. Em junho, último mês apurado pelo setor, a arrecadação foi de R$ 17,7 bilhões, avanço de 4,6% na comparação anual.

A sinistralidade, indicador que avalia o desempenho operacional das seguradoras, fechou o 1S24 em 43,6%, 0,7 ponto percentual (p.p.) menor em relação ao 1S23, mesmo com os impactos da tragédia no Rio Grande do Sul. Em junho, o índice ficou em 47,6%, avanço de 7,4 pontos percentuais (p.p.) ao analisar o mesmo mês de 2023 devido, principalmente, aos aumentos dos sinistros ocorridos nos seguros Patrimonial (+68,7 p.p.), Habitacional (+16,2 p.p.) e Rural (+13,9 p.p.). No entanto, o aumento da sinistralidade em junho ficou abaixo da verificada em maio (55,4%), indicando que os principais efeitos relacionados ao RS já foram absorvidos pelo setor segurador brasileiro.

Como ferramenta de proteção para as suas operações, as seguradoras do Brasil cederam R$ 13,4 bilhões para cobertura de resseguro nos seis primeiros meses de 2024, alta de 3,3% frente ao 1S23, devido, principalmente, aos produtos Patrimonial e Petróleo. Já o lucro líquido das seguradoras foi R$ 17,4 bilhões, praticamente estável em relação ao 1S23.

Vida: 35,2% do mercado

Com 35,2% de participação no mercado de seguros do Brasil (+2,3 p.p.) e crescimento de dois dígitos em todos os meses de 2024, o segmento Vida teve faturamento de R$ 5,9 bilhões em junho. No 1S24, a alta foi de 17,5%, majoritariamente, por causa dos ramos de seguros Vida, Prestamista e Acidentes Pessoais, que somam quase 90% deste grupo. A taxa de sinistralidade, no 1S24, teve leve retração de 0,8 p.p., atingindo 29%.

A evolução do seguro de Vida acontece, também, devido à melhora no desempenho do mercado de trabalho brasileiro. No semestre, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), foram criadas 1,3 milhão de vagas de empregos formais, totalizando 46,8 milhões de empregos com carteira assinada, 3,8% superior ao registrado nos primeiros seis meses de 2023.

Automóvel emitiu R$ 4,6 bilhões em prêmios no sexto mês do ano. No semestre, houve variação positiva de 0,9%. Apesar do segmento ter sentido os impactos do desastre natural no Rio Grande do Sul, no 1S24, a sinistralidade foi de 59,9%, alta de apenas 0,2 p.p..

Danos e Responsabilidades fechou junho com R$ 4,2 bilhões em prêmios e evolução de 11% no acumulado do ano na comparação com o 1S23, com destaque para as coberturas Riscos Nomeados e Operacionais (12,7%) e Petróleo (30,7%). A sinistralidade, no 1S24, chegou em 47,2% (+6,4 p.p.) por causa das enchentes no RS que, neste segmento, afetaram, principalmente, as coberturas Riscos Nomeados e Operacionais e Habitacional.

Individuais contra Danos registrou R$ 1,4 bilhão de faturamento em junho e alta de 17,8% no semestre na comparação anual, sendo este o segmento de maior variação no semestre. O seguro Compreensivo Residencial, que respondeu por quase 50% dos R$ 1,2 bilhão a mais no faturamento, foi o principal responsável por esse avanço. A sinistralidade no 1S24 foi de 35,3%, crescimento de 0,9 p.p., resultado dos desastres naturais no RS.

Desafios e oportunidades para corretores de seguros

A fim de capacitar e preparar os corretores de seguros para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades que estão surgindo, a Segbox, uma das principais agências do país de inovação digital para o mercado de seguros, realizará um evento online com a presença de especialistas renomados e inspiradores, falando de temas como inteligência artificial, transformação digital e novas abordagens para a experiência do cliente.

Trata-se do Insurance Inovation Summit - INSUMMIT 24, o maior evento online de inovação para corretores de seguros do Brasil, criado pela Segbox, que será realizado nos dias 23 e 24 de outubro. Serão mais 30 palestrantes, 32 horas de conteúdo e uma previsão de 10 mil participantes conexões e interações reais no digital e trazer informações tecnológicas de ponta,

Incentivar a inovação no setor, sempre foi a intenção de João Arthur Baeta Neves, CEO da Segbox, criadora também da plataforma Insurtalks, voltada a notícias exclusivas sobre esses temas para o mercado de seguros. Plataforma que hoje tem 75 mil assinantes da newsletter e um alcance de 230 mil pessoas nas redes sociais, garantindo uma abrangência ainda maior ao evento.

Segundo João Arthur, com o INSUMMIT 24 "nosso objetivo é explorar as inovações que estão moldando o futuro do mercado de seguros. Reunindo líderes da indústria, empreendedores e especialistas, discutiremos como tecnologias emergentes, novos modelos de negócios e estratégias centradas no cliente estão transformando o setor".

Para saber mais detalhes sobre a programação e garantir a sua vaga no evento, acesse o site: https://insummit.segbox.com/. Lembrando que as vagas são limitadas e as inscrições gratuitas.

SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - SINCOFARMA-RIO
Sede Própria: Av. Almirante Barroso, 02 - 16º e 17º andares - Centro-RJ
CEP 20031-000 - Tel: (21) 2220-8585 - CNPJ: 27.904.572/0001-51

EDITAL - De acordo com o Estatuto do Sindicato, convoco toda categoria do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos do Município do Rio de Janeiro para a **Assembleia Geral Extraordinária** que será realizada no dia 13 de setembro de 2024. **A Assembleia ocorrerá de forma híbrida, para os que não puderem estar presente, estaremos disponibilizando *link* da plataforma virtual**, às **14:00h**, em Primeira Convocação e **14h30min**, em Segunda Convocação, com qualquer número de presentes, para debater e aprovar a seguinte pauta: **1-** Autorização de Negociação e Avaliação da proposta da convenção coletiva de trabalho 2024/2025 do **Sindicato dos Práticos Técnicos de Auxiliares de Farmácia e Empregados no Comércio de Drogas, Medicamentos e Produtos Farmacêuticos - SINDIFARMA-RJ**; **2-** Autorização de Negociação e Avaliação da proposta da convenção coletiva de trabalho 2024/2025 do **Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Rio de Janeiro - SINFAERJ**; **3-** Assuntos Gerais.

Rio de Janeiro, 06 de setembro de 2024. **Felipe Antônio Terrezo** - Presidente

---

DE MILLUS S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO
CNPJ nº 33.115.817/0001-64 - NIRE 33.3.0013236-8

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 2024. No dia trinta de agosto de 2024, às 08:00 horas, na sede social da empresa, localizada na Av. Lobo Junior, 1672, Penha, nesta cidade, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária os acionistas da **DE MILLUS S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO**, presentes acionistas representando a totalidade do capital social com direito a voto, conforme assinaturas lançadas no livro próprio. Por escolha unânime dos presentes, assumiu a presidência dos trabalhos a Sra. Eva Goldman, que convidou a mim, Aureliana Germano da Silva, para secretariá-la. Abertos os trabalhos, esclareceu a Sra. Presidente que, em função do previsto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei 6404/76, foi dispensada a convocação dos acionistas, que declararam expressamente ter sido previamente cientificados da data, hora, local e temas que serão tratados na presente Assembleia Geral Extraordinária. Após debates dos temas propostos pela Sra. Presidente, foi aprovada, pela unanimidade dos acionistas presentes, abstendo-se de votar os legalmente impedidos, as seguintes matérias: 1. Aprovar, no contexto da transação prevista no Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças de 22 de julho de 2024 ("Contrato"), entre, de um lado, a De Millus S.A. Indústria e Comércio e a Bord Mil Participações Societárias Ltda. e, de outro lado, Gregório De Nadai Filho e outros vendedores, tendo como intervenientes anuentes, Selene Indústria Têxtil S.A. e Gregório De Nadai Administração e Participação S.A. ("Transação"): (a) a assinatura, pela De Millus S/A Indústria e Comércio, de *Contrato de Contragarantia para Prestação de Fiança* com o Banco BTG Pactual S.A. e/ou suas afiliadas ("Banco"), bem como dos demais contratos, notas promissórias, procurações, e instrumentos a ele correlatos, incluindo, mas não se limitando a, (i) Instrumentos Particulares de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações de emissão da De Millus S.A. Indústria e Comércio e da Selene Indústria Têxtil S.A., (ii) Instrumento Particular de Cessão Fiduciária em Garantia de Recebíveis, e (iii) Instrumento Particular de Cessão Fiduciária em Garantia de Aplicações Financeiras, conforme aplicável; (b) a prestação, pela De Millus S/A Indústria e Comércio, de garantias fidejussórias em favor do Banco e/ou a assunção, pela De Millus S/A Indústria e Comércio, de responsabilidade solidária ou de garantia em relação a obrigações assumidas por terceiros em favor do Banco, conforme aplicável; (c) a assinatura, pela De Millus S/A Indústria e Comércio, de *Contrato de Caução* com o Banco, conforme aplicável. 2. Autorizar a Diretoria da De Millus S/A Indústria e Comércio a assinar todos os contratos e instrumentos e praticar todos os atos necessários e/ou convenientes para viabilizar a emissão de carta fiança pelo Banco em favor dos vendedores no âmbito da Transação (incluindo a prestação e constituição de contragarantias em favor do Banco para tal fim), ficando ratificadas todas as providências anteriormente tomadas pela Diretoria nesse sentido. Na sequência, colocada a palavra a disposição dos presentes, não foram apresentados outros assuntos de seu interesse para serem discutidos na presente Assembleia Geral Extraordinária. Nada mais havendo a ser tratado foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata no livro próprio, que logo a seguir foi lida e aprovada pela unanimidade dos presentes. (aa) NELSON CUPTCHIK, representante da empresa Savannah Holdings International Ltd e Sócio, EVA GOLDMAN, Diretora Vice Presidente reeleita e Sócia, GUILHERME COLONNA ROSMAN, Diretor Presidente reeleito, LAURA JUANITA WACHELESKI, representante da empresa Marpar Participações S/A, MAURO MANELA, sócio representado por Nelson Cuptchik através de procuração registrada na JUCERJA sob o nº 00006347437 em 17/07/2024, MICHEL GOTTLIEB, sócio representado por Nelson Cuptchik através de procuração registrada na JUCERJA sob o nº 00006345068 em 16/07/2024, FELIPE GOTTLIEB, sócio representado por Nelson Cuptchik através de procuração registrada na JUCERJA sob o nº 00006386966 em 08/08/2024 e Aureliana Germano da Silva - Secretária. Confere com original lavrado no livro próprio, em 30 de agosto de 2024. **Savannah Holdings International Ltd.: Nelson Cuptchik - CPF 545.967.427-15; De Millus S/A Indústria e Comércio**: **Guilherme Colonna Rosman - Diretor Presidente - CPF: 854.903.857-15; De Millus S/A Indústria e Comércio: Eva Goldman - Diretora Vice Presidente - CPF: 468.281.097-91; Marpar Participações S/A: Laura Juanita Wacheleski - Diretora - CPF: 604.712.120-91; Nelson Cuptchik - Sócio - CPF: 545.967.427-15; Eva Goldman - Sócia - CPF: 468.281.097-91; Mauro Manela - CPF: 300.720.426-72 - Sócio, p.p. Nelson Cuptchik - CPF: 545.967.427-15; Michel Gottlieb - CPF: 107.936.417-05 - Sócio, p.p. Nelson Cuptchik - CPF: 545.967.427-15; Felipe Gottlieb - CPF: 113.305.947-38 - Sócio, p.p. Nelson Cuptchik - CPF: 545.967.427-15; Aureliana Germano da Silva - CPF 916.677.577-15 - Secretária.** JUCERJA nº 6430766 em 03/09/2024.

REPSOL SINOPEC BRASIL S.A.
CNPJ nº 02.270.689/0001-08 - NIRE: 33.3.0016653-0

Certidão da Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 30/08/24: Data, Horário e Local: Aos 30/08/24, às 11:00h, na sede social da Companhia localizada na Praia de Botafogo, n° 300, salas 501 e 701, Botafogo, na Cidade e Estado do RJ, Brasil. **Mesa**: Sr. Alejandro José Ponce Bueno – Presidente e Sra. Carolina Assano Massocato Escobar – Secretária. **Convocação e Presença**: Presentes os acionistas que representam a totalidade do capital social da Companhia, em razão do que fica dispensada a convocação nos termos do §4º do art. 124 da Lei n° 6.404/76. **Ordem do Dia**: Deliberar sobre a proposta de distribuição de juros sobre capital próprio (8ª parcela de 2024). **Deliberações Aprovadas**: Os acionistas aprovam por unanimidade de votos, conforme recomendação do Conselho de Administração, a distribuição de juros sobre capital próprio (8ª parcela de 2024) no valor de R$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), a ser registrado nas demonstrações financeiras da Companhia em agosto/24 e a ser pago em ou antes de 30/09/24. **Encerramento**: Oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e suspensa a Assembleia Geral pelo tempo necessário para a lavratura desta ata, a qual, lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **Assinaturas:** Alejandro José Ponce Bueno – Presidente e Carolina Assano Massocato Escobar – Secretária. Repsol E&P S.à r.l., Repsol Exploración, S.A. e TipTop Luxembourg S.à r.l. Certifico e atesto que a deliberação acima foi extraída da ata lavrada no livro próprio da Companhia. RJ, 30/08/24. **Secretária da Mesa -** Carolina Assano Massocato Escobar. Jucerja nº 6430823 em 03/09/24.

DM LINGERIE S/A
CNPJ nº 32.291.486/0001-50 - NIRE 33.3.0002596-1

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de Agosto de 2024. No dia trinta de agosto de 2024, às 09:00 horas, na sede social da empresa, na Av. Lobo Junior, 1672 - Parte, na cidade do Rio de Janeiro, reuniu-se em Assembleia Geral Extraordinária o acionista da **DM LINGERIE S/A**, representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas lançadas no livro próprio. Por escolha unânime dos presentes, assumiu a presidência dos trabalhos a Sra. Eva Goldman, que convidou a mim, Aureliana Germano da Silva para secretariá-la. Abertos os trabalhos, esclareceu a Sra. Presidente que, em função do previsto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei 6404/76, foi dispensada a convocação do acionista, que declarou expressamente ter sido previamente cientificado da data, hora, local e temas que serão tratados na presente Assembleia Geral Extraordinária. Após debates dos temas propostos pela Sra. Presidente, foi aprovada, pela unanimidade dos acionistas presentes, abstendo-se de votar os legalmente impedidos, as seguintes matérias: 1. Aprovar, no contexto da transação prevista no Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças de 22 de julho de 2024 ("Contrato"), entre, de um lado, a De Millus S.A. Indústria e Comércio e a Bord Mil Participações Societárias Ltda. e, de outro lado, Gregório De Nadai Filho e outros vendedores, tendo como intervenientes anuentes, Selene Indústria Têxtil S.A. e Gregório De Nadai Administração e Participação S.A. ("Transação"): (a) a assinatura, pela DM Lingerie S/A, de *Contrato de Contragarantia para Prestação de Fiança* com o Banco BTG Pactual S.A. e/ou suas afiliadas ("Banco"), bem como dos demais contratos, notas promissórias, procurações, e instrumentos a ele correlatos, incluindo, mas não se limitando a, (i) Instrumentos Particulares de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações de emissão da De Millus S.A. Indústria e Comércio e da Selene Indústria Têxtil S.A., (ii) Instrumento Particular de Cessão Fiduciária em Garantia de Recebíveis, e (iii) Instrumento Particular de Cessão Fiduciária em Garantia de Aplicações Financeiras, conforme aplicável: (b) a prestação, pela DM Lingerie S/A, de garantias fidejussórias em favor do Banco e/ou a assunção, pela DM Lingerie S/A, de responsabilidade solidária ou de garantia em relação a obrigações assumidas por terceiros em favor do Banco, conforme aplicável; (c) a assinatura, pela DM Lingerie S/A, de *Contrato de Caução* com o Banco, conforme aplicável; 2. Autorizar a Diretoria da DM Lingerie S/A, a assinar todos os contratos e instrumentos e praticar todos os atos necessários e/ou convenientes para viabilizar a emissão de carta fiança pelo Banco em favor dos vendedores no âmbito da Transação (incluindo a prestação e constituição de contragarantias em favor do Banco para tal fim), ficando ratificadas todas as providências anteriormente tomadas pela Diretoria nesse sentido. Na sequência, colocada a palavra a disposição dos presentes, não foram apresentados outros assuntos de seu interesse para serem discutidos na presente Assembleia Geral Extraordinária. Nada mais havendo a ser tratado foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata no livro próprio, que logo a seguir foi lida e aprovada pela unanimidade dos presentes. (aa) EVA GOLDMAN, representante da De Millus S/A Indústria e Comércio, LAURA JUANITA WACHELESKI, Diretora Presidente, e Aureliana Germano da Silva, Secretária. Confere com original lavrado no livro próprio, em 30 de agosto de 2024. **De Millus S/A Indústria e Comércio, Eva Goldman; Laura Juanita Wacheleski - Diretora Presidente; Aureliana Germano da Silva - Secretária.** JUCERJA nº 6430720 em 03/09/2024.

ENEVA S.A.
CNPJ/ME nº 04.423.567/0001-21
NIRE 33.3.0028402-8
Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Convocamos os senhores acionistas da Eneva S.A. ("Companhia" ou "Eneva") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a ser realizada às 11h00 horas do dia 30 setembro de 2024, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica "Zoom", em linha com o parágrafo único do artigo 121 da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A.") e com a Resolução CVM nº 81/22, para discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** deliberar sobre o Protocolo e Justificação celebrado entre a administração da Eneva e a administração da BTG Pactual Holding Participações S.A. ("BTGP") tendo por objeto a cisão parcial da BTGP e a subsequente incorporação do acervo líquido cindido pela Eneva, nos termos dos artigos 224, 225 e 229 da Lei das S.A. ("Protocolo" e "Reorganização Societária"), autorizando-se os administradores da Eneva a praticarem todos os atos necessários à efetivação da Reorganização Societária; **(ii)** ratificar a nomeação e contratação da Grant Thornton Corporate Consultores de Negócios Ltda. como empresa responsável pela elaboração do laudo de avaliação, a valor econômico-financeiro, do acervo líquido cindido de BTGP a ser incorporado ao patrimônio da Eneva em decorrência da Reorganização Societária ("Laudo de Avaliação"); **(iii)** deliberar sobre o Laudo de Avaliação; e **(iv)** em decorrência da Reorganização Societária, e sujeito à sua consumação, autorizar (a) o aumento do capital social da Eneva, com a emissão de bônus de subscrição a serem conferidos como vantagem adicional, nos termos e condições do Protocolo; e (b) a alteração do caput do art. 5º do estatuto social da Eneva para refletir o aumento do seu capital social e sua respectiva consolidação, observadas as regras de ajuste previstas no Protocolo. **Informações Gerais:** Os acionistas poderão participar da AGE virtualmente, por meio da plataforma digital "Zoom", nos termos descritos abaixo e conforme as instruções detalhadas contidas na proposta da administração e manual de participação em assembleia divulgada pela Companhia ("Proposta da Administração e Manual"). Solicitamos aos acionistas que verifiquem, além disso, as regras previstas na Resolução CVM nº 81/22. Os acionistas que optarem por participar virtualmente da AGE, que será realizada exclusivamente por meio da Plataforma "Zoom", deverão enviar à Companhia, por meio do e-mail assembleia@eneva.com.br, com antecedência mínima de 48 horas da realização da AGE (isto é, até às 11h00 horas (horário de Brasília) do dia 28 de setembro de 2024), pedido de acesso ao sistema eletrônico de participação e cópias digitalizadas dos seguintes documentos, conforme o caso: **(i)** Pessoas Físicas: documento de identificação com foto do acionista. **(ii)** Pessoas Jurídicas: (a) versão mais recente do estatuto social ou contrato social consolidado e, se houver, alterações posteriores, registrado no órgão competente; (b) demais documentos societários que comprovem os poderes de representação dos representantes legais do acionista como atas de eleição e termos de posse, por exemplo; e (c) documento de identidade com foto dos representantes legais do acionista. **(iii)** Fundos de Investimento: (a) versão mais recente do regulamento consolidado do fundo e, se houver, alterações posteriores; (b) versão mais recente do estatuto social ou contrato social consolidado e, se houver, alterações posteriores, registrado no órgão competente, do administrador ou gestor do fundo, conforme o caso, e documentos societários que comprovem os poderes para representação do fundo; e (c) documento de identidade com foto dos representantes legais do administrador ou do gestor, conforme o caso. Além dos documentos listados acima, para fins de comprovação da titularidade de suas ações, os acionistas deverão enviar comprovante emitido pelo custodiante ou pelo escriturador das ações de emissão da Companhia, conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositário central. O acionista que seja pessoa física poderá ser representado, nos termos do artigo 126, §1º, da Lei nº 6.404/76, por procurador constituído há menos de 1 (um) ano que seja (i) acionista; (ii) advogado; (iii) instituição financeira; ou (iv) administrador da Companhia. O acionista que seja pessoa jurídica ou fundo de investimento poderá ser representado por procurador constituído na forma prevista em seu respectivo estatuto social, contrato social ou regulamento, conforme o caso, ainda que este não seja acionista, advogado, instituição financeira ou administrador da Companhia, em linha com o entendimento da Comissão de Valores Mobiliários sobre o tema. Em cumprimento ao disposto no artigo 654, §1º e §2º, do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi outorgada, qualificação completa do outorgante e do outorgado e data, bem como o objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante, ou, alternativamente, assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ("ICP-Brasil"), ou assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. Para facilitar a participação dos acionistas, a Companhia dispensará a notarização, consularização/apostilamento e tradução juramentada para português dos documentos expedidos fora do país. É necessário, contudo, que haja identificação clara do nome do signatário dos documentos apresentados, para fins de comprovação dos poderes, e que documentos em língua estrangeira estejam acompanhados de tradução livre para a língua portuguesa. Os acionistas que não manifestarem o interesse na participação na assembleia digital e não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui exigido não estarão aptos à participação na AGE. As informações detalhadas sobre as regras e os procedimentos a serem seguidos para que os acionistas possam participar na AGE, incluindo informações para acesso e utilização do sistema por meio do qual será realizada a AGE, estão disponíveis na Proposta da Administração e Manual. Por fim, os documentos e informações pertinentes às matérias a serem examinadas e deliberadas na AGE, incluindo a Proposta da Administração e Manual, se encontram disponíveis na sede da Companhia, no site de relações com investidores da Companhia (ri.eneva.com.br), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 (www.b3.com.br). Rio de Janeiro, 6 de setembro de 2024 Henri Philippe Reichstul - Presidente do Conselho de Administração da Eneva S.A.